

## O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) FRENTE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Hávila Francisca Ferreira da Costa <sup>1</sup>  
Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo <sup>2</sup>  
Robison Raimundo Silva Pereira <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as diferentes propostas educacionais voltadas para o ensino da Educação Sexual, visando delinear as práticas que os(as) Pedagogos(as) devem adotar para uma abordagem inclusiva. A Educação Sexual, fundamental no sistema educacional – não se limitando apenas à transmissão de informações sobre anatomia e fisiologia, mas também englobando o desenvolvimento de atitudes e respeito em relação à diversidade sexual – enfrenta questões sociais e de saúde, como violência em relacionamentos e abuso sexual infantil, promove comportamentos saudáveis, evitando problemas futuros. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, incluindo a falta de preparo dos(as) educadores(as) para abordar o tema de forma sensível e adequada, o que pode gerar mal-entendidos entre escola, pais e alunos. Neste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, abordando aspectos teóricos, práticos e legislativos relevantes. A análise dos dados fez-se de forma qualitativa, identificando padrões e temas recorrentes, para dar forma às conclusões apresentadas. Constata-se que há uma carência de pesquisas que avaliem a implementação da legislação e políticas educacionais relacionadas à Educação Sexual, bem como de estratégias pedagógicas para abordar essa temática de forma inclusiva e sensível no currículo escolar, especialmente na Educação Infantil. Verifica-se, outrossim, que a formação de pedagogos(as) para lidar com a Educação Sexual é crucial para garantir uma abordagem inclusiva, promovendo não apenas a saúde e o bem-estar dos alunos, mas também a comunicação aberta entre todos os envolvidos, uma vez que o(a) Pedagogo(a) desempenha um papel fundamental na promoção de uma cultura de respeito, igualdade e saúde sexual, em vista de superar estigmas e promover uma sociedade mais justa e respeitosa.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Abuso Sexual, Formação docente, Pedagogo(a).

### INTRODUÇÃO

A Educação Sexual é uma dimensão importante do sistema educacional que consiste em uma abordagem contínua e abrangente para não apenas fornecer informações sobre anatomia e fisiologia, mas também desenvolver atitudes e respeito em relação à diversidade sexual. Além do processo de ensino, visa muitos problemas

---

<sup>1</sup> Graduada no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, [havilafcostta@gmail.com](mailto:havilafcostta@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus de Floriano - PI, [allanfigueiredo.prof@gmail.com](mailto:allanfigueiredo.prof@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador: Mestre em Ciências Sociais, Professor efetivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus de Floriano – PI, [robisonp15@gmail.com](mailto:robisonp15@gmail.com).

sociais e de saúde que devem ser resolvidos ou prevenidos, como violência em relacionamentos, abuso infantil sexual, gravidez indesejada não planejada e comportamento sexual de risco.

É interessante observar que a Educação Sexual não termina na escola, pois é feita com a ajuda de famílias e comunidades e deve se basear na abordagem integrada que tem a ver com a colaboração de todos os interessados. Por fim, a mesma é um dos componentes mais importantes da criatividade que influencia as atitudes e leva a decisões adequadas em relação ao comportamento sexual, à privacidade e pela diversidade de experiências sexuais e identidades de gênero.

A pesquisa proposta tem como ponto central de investigação o papel do(a) Pedagogo(a) na promoção da Educação Sexual dentro do ambiente escolar. Diante da complexidade e relevância desse tema, o objetivo geral deste estudo é explorar e compreender as diferentes propostas educacionais voltadas para o ensino da Educação Sexual, visando delinear as práticas que os(as) Pedagogos(as) devem adotar para uma abordagem eficaz e inclusiva. Para atingir esse objetivo amplo, foram estabelecidos objetivos específicos que direcionam a pesquisa de maneira mais detalhada.

Primeiramente, busca-se compreender a perspectiva dos(as) Pedagogos(as) diante da temática da Educação Sexual, explorando suas percepções, conhecimentos e atitudes em relação ao assunto. Em seguida, pretende-se investigar os preconceitos existentes em torno da Educação Sexual, identificando as barreiras e desafios enfrentados pelos(as) Pedagogos(as) na promoção desse tema no ambiente escolar.

Além disso, será realizada uma discussão aprofundada sobre as concepções existentes sobre Educação Sexual, analisando as diferentes abordagens teóricas e práticas que permeiam esse campo de estudo. Por fim, serão descritas e analisadas as ações específicas que os(as) Pedagogos(as) podem desenvolver no ambiente escolar para promover uma Educação Sexual abrangente, sensível e emancipatória.

Os objetivos específicos deste trabalho foram delineados com o intuito de fornecer uma estrutura clara e abrangente para a pesquisa, permitindo uma análise detalhada das questões fundamentais relacionadas ao papel do(a) Pedagogo(a) na reflexão e implementação da Educação Sexual no contexto escolar.

A falta de pesquisa e interesse nesse assunto, muitas vezes devido à sua natureza polêmica e à presença de tabus e preconceitos, contribui para a escassez de treinamento dos professores. Isso se reflete no número limitado de pessoas que se dedicam a

explorar esse campo, especialmente em cidades menores, como mencionado no contexto de Floriano /PI.

Com efeito, ao realizar trabalhos acadêmicos sobre Educação Sexual, os estudantes têm a oportunidade de abrir portas para uma maior conscientização e investigação sobre o assunto. Esse aspecto é particularmente importante para os alunos de pedagogia, que estarão diretamente envolvidos no ensino e cuidado das crianças.

Dado que as crianças estão entre os grupos mais vulneráveis a abusos sexuais, é crucial que os futuros educadores(as) estejam bem-preparados(as) para lidar com situações delicadas e ministrar uma introdução adequada à Educação Sexual.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na presente pesquisa será bibliográfica e documental, visto que são fundamentais para a condução de um estudo científico, a mesma é realizada prioritariamente em ambiente acadêmico e tem como objetivo o aprimoramento e atualização do conhecimento por meio do exame científico de trabalhos já publicados.

Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”. Para Gil (2002, p. 17) “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

A pesquisa documental baseia-se na análise de documentos de fontes primárias, originados diretamente dos órgãos responsáveis pelas observações. Conforme Gil (2002) descreve, essa abordagem envolve a utilização de documentos produzidos para diversos fins, como registros, autorizações, correspondências, entre outros.

Por outro lado, a pesquisa bibliográfica consiste na revisão de todas as fontes de conhecimento já publicadas, provenientes de fontes secundárias, como livros, periódicos, artigos, entre outros. Ambos os métodos visam fornecer ao pesquisador acesso aos temas que pretende explorar em seu estudo.

Seguindo estes princípios e atingir os objetivos determinados faz-se a revisão bibliográfica em artigos, monografias, livros e sites que discutem sobre sexualidade, gênero, educação e a importância do professor neste processo.

O aparato teórico utilizado para confecção dessa pesquisa foi encontrado através dos seguintes bancos de dados, *Scopus*, *Scispace*, *Scielo*. A busca foi realizada com uso das seguintes palavras-chaves: Políticas públicas de educação. Gênero. Sexualidade. Educação Sexual. Ensino. Legislação. BNCC. Violência Sexual. Barreiras sociais na Educação Sexual. Currículo educacional. Essas fontes bibliográficas e documentais foram fundamentais para uma análise detalhada e compreensiva do tema da sexualidade, especialmente no contexto escolar por meio da Educação Sexual. Isso permitiu examinar a complexidade da sexualidade e destacar a importância de abordá-la, refletindo sobre o papel social, político e humano do(a) Pedagogo(a) e da escola ao incluir esse assunto em seu currículo.

A metodologia utilizada neste trabalho incluiu uma revisão abrangente sobre o tema da Educação Sexual, abordando aspectos teóricos, práticos e legislativos relevantes. A análise desses dados foi feita de forma qualitativa, identificando padrões e temas recorrentes para informar as conclusões e recomendações apresentadas.

A pesquisa também incorporou uma revisão das políticas educacionais e legais relacionadas à Educação Sexual, visando contextualizar as práticas pedagógicas dentro do quadro regulatório existente. Ao combinar abordagens teóricas e práticas, este estudo busca oferecer insights relevantes para o papel do(a) Pedagogo(a) na promoção de uma Educação Sexual abrangente e sensível.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O abuso sexual infantil é uma forma grave de violência que afeta crianças e adolescentes em todo o mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1999), o abuso sexual infantil ocorre quando uma criança se envolve em atividades sexuais que não compreende completamente, não pode consentir devido à sua idade ou desenvolvimento, ou que viola as leis ou tabus da sociedade.

No Brasil, estima-se que menos de 10% dos casos de abuso sexual contra crianças cheguem às autoridades (Ribeiro; Ferriani; Reis, 2004), e que a maioria dos casos de violência física e abuso sexual contra crianças ocorram dentro do ambiente familiar, com cerca de 96% dos casos sendo perpetrados por pais ou familiares próximos (UNICEF, 2005).

Em 2018, o Governo do Estado de São Paulo elaborou o guia "A Escola contra o Abuso Sexual Infantil: Guia de Orientação aos Profissionais de Ensino - Identificar,

Acolher e Não se Omitir". Este guia foi criado com o objetivo de orientar os profissionais da educação sobre como lidar com situações de suspeita ou revelação de abuso sexual contra crianças ou adolescentes dentro do ambiente escolar.

Para Foucault (1993), a história da sexualidade é vista como efeito produzido nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais por um dispositivo complexo:

[...] a sexualidade é o nome dado a um dispositivo histórico [...] à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles, das resistências, encadeia-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder (Foucault, 1993, p.100).

Foucault (1993) lança luz sobre a complexidade da sexualidade como um dispositivo histórico, entrelaçado com poder, saber e controle. Com o surgimento da modernidade e o desenvolvimento das ciências modernas, emerge a *scientia sexualis* – ciência sexual, que se distingue da arte erótica da antiguidade. O discurso científico, ao unir conhecimento e poder, gera efeitos de verdade. Foucault se interessa particularmente em como o poder exercido sobre a sexualidade resulta no discurso verdadeiro sobre ela. “[...] no Ocidente trata-se do discurso científico. Foi sob este ângulo que quis abordar a sexualidade.” (Foucault, 1993, p.258).

Essa interseção entre poder e sexualidade é evidente na visão de Freud (1986) sobre a civilização, onde foi construída sobre a base da repressão da sexualidade e da canalização da energia libidinal para outras atividades artísticas e culturais, por meio do processo de sublimação. Ele afirma que “[...] a sublimação do instinto constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; e é ela que torna possível as atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas e ideológicas, desempenhando um papel tão importante na vida civilizada” (Freud, 1986, p. 118).

Isto é, os processos repressivos resultam no mal-estar na civilização, pois nem toda a libido pode ser canalizada através da sublimação. Uma parte significativa é sacrificada pela repressão, que se manifesta de forma difusa nas várias exigências do processo civilizatório, como educação, leis, regras e normas. Isso leva a um severo prejuízo da vida sexual do homem civilizado.

A análise histórica da abordagem da Educação Sexual no contexto brasileiro revela que, desde as primeiras décadas do século XX, diversos profissionais como médicos, psicólogos, educadores e até mesmo membros do clero se empenharam na

investigação e divulgação, tanto no meio acadêmico quanto no público em geral, de estudos relacionados à sexualidade, sexologia e Educação Sexual (Carrara, 1997; Ribeiro, 2004).

Contudo, somente em 1996, com a promulgação da Lei Federal n. 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 2014), é que foram estabelecidos os alicerces para uma abordagem escolar mais inclusiva e diversificada. Posteriormente, em 1997, com a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, que destacaram a orientação sexual como tema transversal, buscando promover reflexões e discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, prevenção do abuso sexual e gravidez indesejada (Brasil, 1998).

Mesmo que, embora os PCN tenham incentivado o debate sobre a sexualidade nas escolas, sua efetiva implementação foi limitada, evidenciando desafios diante de transformações socioculturais e políticas (Monteiro & Ribeiro, 2018).

O Plano Nacional de Educação (PNE) também abordou questões relacionadas à Educação Sexual, mas sua aplicação foi parcial e, no atual PNE (2014-2024), temas como gênero e sexualidade foram omitidos, representando um retrocesso educacional (Pino, 2017; Groff *et al.*, 2015). Essas análises ressaltam a necessidade de repensar e resgatar políticas educacionais que promovam uma abordagem inclusiva e progressista da Educação Sexual nas escolas brasileiras.

O direito à educação é reconhecido como um dos pilares fundamentais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua participação cidadã na sociedade (Câmara, 2013; Karnopp, 2023). Por meio do processo educacional, cada indivíduo constrói sua identidade e consciência de seu papel social, fortalecendo sua capacidade de questionamento e exigência de seus direitos, bem como de ser tratado com respeito como cidadão (Amin, 2021).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não aborda explicitamente os direitos relacionados à sexualidade e à reprodução durante a adolescência em seu escopo geral. Apesar de que, seu foco principal é garantir a proteção de crianças e adolescentes contra possíveis formas de violência de natureza sexual (Jimenez; Assis; Neves; 2015).

Isso significa que, embora não trate diretamente de questões de Educação Sexual, o ECA assegura o reconhecimento dos adolescentes como detentores de direitos, incluindo a garantia de privacidade, sigilo e consentimento informado. Além disso, são garantidos o direito ao respeito, preservando a integridade física, psicológica

e moral dos adolescentes, bem como a proteção de sua imagem, identidade, autonomia, valores, ideias e crenças, assim como o direito à expressão e à preservação de seus espaços e objetos pessoais (Ventura *et al.*, 2013, citado por Jimenez; Assis; Neves; 2015).

Nesse contexto, a Educação Sexual emerge como um direito intrínseco de toda pessoa, permitindo o acesso a informações sobre o corpo, sexualidade e relacionamentos, e promovendo reflexões sobre tabus existentes e o desenvolvimento da afetividade (Figueiró, 2009).

Segundo Cassiavillani e Albrecht (2023), em seu artigo intitulado "Educação Sexual: Uma Análise sobre Legislação e Documentos Oficiais Brasileiros em Diferentes Contextos Políticos", as autoras realizaram uma análise abrangente dos documentos oficiais brasileiros, abordando o período de 1990 a 2018 e focando em vinte e oito deles. A pesquisa revelou que a legislação brasileira não apenas permite, mas determina a realização da Educação Sexual nas escolas.

Não obstante, a forma como essa temática é abordada nos documentos varia de acordo com os diferentes contextos políticos, podendo ser explícita, subjetiva ou até mesmo silenciada. Os ciclos de avanços e retrocessos políticos desde a redemocratização resultaram em políticas de Educação Sexual com lacunas e descontinuidades, sem a consolidação de uma lei específica sobre o tema, o que impacta sua implementação nas escolas brasileiras.

A Educação Sexual emerge como um tema crucial dentro do ambiente escolar, demandando uma abordagem sensível e abrangente por parte dos educadores. A influência das mídias contemporâneas, muitas vezes difundindo conceitos distorcidos e superficiais sobre sexualidade, coloca em evidência a necessidade de uma intervenção pedagógica eficaz para promover um entendimento saudável e informado sobre o assunto.

Nesse sentido, os(as) Pedagogos(as) desempenham um papel fundamental como mediadores na construção do conhecimento dos alunos, oferecendo um espaço para discussão crítica e reflexiva sobre questões relacionadas à sexualidade, orientando-os no desenvolvimento de uma visão ampla e respeitosa da diversidade sexual e identidade de gênero (Ferreira; Luz, 2009).

À medida que a sociedade avança no debate sobre diversidade, incluindo questões de orientação sexual, torna-se ainda mais premente a necessidade de uma Educação Sexual inclusiva e abrangente nas escolas. Através de práticas pedagógicas



intencionais e orientadas, os educadores podem desempenhar um papel significativo na promoção de uma cultura escolar que valorize o respeito, a tolerância e a compreensão da diversidade.

Além disso, é essencial que os professores sejam devidamente capacitados e preparados para abordar esses temas de forma sensível, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para que os alunos possam explorar e discutir suas dúvidas e preocupações relacionadas à sexualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável e o bem-estar integral dos estudantes (Cepesc, 2009).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ao introduzirem o conceito de transversalidade, trouxeram consigo uma nova demanda, que é a preparação dos professores. Quem assumirá de fato essa responsabilidade? É notável que os professores também carregam consigo seus próprios tabus e receios ao abordar a temática da sexualidade, sendo produtos de uma formação educacional muitas vezes repressora.

As reflexões de Furlani (2008) sobre a representação da diversidade de gênero e sexualidade em materiais educacionais destacam a importância de questionar e desafiar as normas sociais estabelecidas. A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica que explore as desigualdades sociais, exponha as hegemonias e desmascare os mecanismos históricos e políticos que perpetuam estigmas em relação àqueles considerados "diferentes" pela sociedade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base nas reflexões apresentadas, é essencial que as políticas educacionais e a comunidade escolar como um todo reconheçam a importância da Educação Sexual e se comprometam com a criação de um ambiente escolar seguro, acolhedor e respeitoso para todos os alunos. Através de uma abordagem holística e multidisciplinar, as (os) pedagogas (os) podem desempenhar um papel fundamental na promoção do bem-estar integral dos estudantes. Assim, ao enfrentar esses desafios com compromisso, os(as) Pedagogos(as) podem transformar a Educação Sexual em uma ferramenta para o desenvolvimento humano e social.

Para tanto a presente pesquisa aponta que, é essencial que as práticas pedagógicas adotadas na escola estejam alinhadas com essa abordagem, criando espaços de reflexão, diálogo e participação ativa dos alunos. A Educação Sexual emerge como um direito e uma necessidade na formação integral dos educandos, devendo ser



incorporada de forma consistente no currículo escolar ao longo de toda a vida acadêmica.

Apesar de avanços legislativos, a efetivação da Educação Sexual enfrenta desafios, incluindo a formação inadequada de educadores. É necessário que a abordagem da Educação Sexual vá além do enfoque na prevenção e promoção da saúde, reconhecendo a importância de uma visão mais ampla e inclusiva da sexualidade. A Educação Sexual pode atuar como uma ferramenta essencial na construção do conhecimento do sujeito, bem como na desconstrução e desmistificação de tabus relacionados ao tema.

A falta de investimento sobre Educação Sexual durante a formação dos(as) Pedagogos(as), causa deste modo um grande déficit em educadores que não sabem instruir de maneira adequada os educandos, e ao se deparar com a temática o sentimento é de estranheza ou até mesma repulsa, pois além dos preconceitos existente, também existe a falta de formação durante a graduação. Vale ressaltar a influência da Igreja Católica e da moral religiosa colonizadora diante o tema, pois ela causa um grande impacto na vida pessoal dos indivíduos em questão – Pedagogos(as) - provocando um atrasado significativo na implementação da Educação Sexual no Brasil.

A Educação Sexual deve ser parte consistente do currículo, com investimento em formação de professores, superando tabus e preconceitos. Diante do aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes, políticas públicas e ações integradas são urgentes para assegurar um futuro seguro e digno para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Sexual é crucial para criar um ambiente escolar seguro e inclusivo, o(a) Pedagogo(a) desempenha um papel vital ao promover o bem-estar dos alunos, e é fundamental que as políticas educacionais reconheçam essa importância, abordagens inclusivas e multidisciplinar são necessárias, e as práticas pedagógicas devem refletir isso, proporcionando espaços para reflexão, diálogo e participação dos alunos.

Não é apenas um direito, mas também uma necessidade para a formação integral dos educandos, e deve ser integrada de forma consistente ao currículo escolar em todos os níveis de ensino. O(a) Pedagogo(a) ao comprometer-se em enfrentar esses desafios podem transformar a Educação Sexual em uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento humano e social.

Este estudo visou compreender as propostas educacionais para a Educação Sexual, delineando práticas pedagógicas eficazes e inclusivas. Para isso, objetivou-se: compreender as perspectivas dos(as) Pedagogos(as) sobre a Educação Sexual; investigar os preconceitos e barreiras enfrentados por eles; analisar diferentes concepções teóricas e práticas sobre o tema; e descrever ações específicas para promover uma Educação Sexual abrangente e emancipatória no ambiente escolar.

Identificou-se várias lacunas na pesquisa relacionadas ao papel do(a) Pedagogo(a) frente à Educação Sexual no âmbito escolar. Uma lacuna significativa é a falta de artigos e estudos específicos que abordem o papel do(a) Pedagogo(a) de forma individualizada, sem generalizá-lo como apenas mais um(a) professor(a). Além disso, há uma carência de pesquisas que avaliem a implementação eficaz da legislação e políticas educacionais relacionadas à Educação Sexual, bem como estratégias pedagógicas para integrar essa temática de forma inclusiva e sensível no currículo escolar, especialmente na educação infantil.

Outras deficiências incluem a falta de investigação sobre o envolvimento dos pais e da comunidade nesse contexto e a necessidade de avaliar a eficácia das intervenções em Educação Sexual lideradas pelos(as) Pedagogos(as). Portanto, sugere-se que pesquisas futuras abordem esses espaços, a fim de promover uma compreensão mais abrangente e aprofundada do papel do(a) Pedagogo(a) na promoção da Educação Sexual nas escolas.

A corporatura do(a) Pedagogo(a) carrega responsabilidade de influenciar e/ou persuadir positiva ou negativamente as crianças e adolescentes, logo se faz necessário que estes indivíduos dotados de responsabilidades e com capacidade intelectual, tenham abertura para se despir de seus julgamentos e amarras que os impedem de transmitir adequadamente os saberes que são além de conhecimentos, direitos da criança e do adolescente.

Isto posto, para que o(a) Pedagogo(a) possa realizar este trabalho de forma eficaz é necessário que ele quebre seus preconceitos sobre a Educação Sexual e tenha uma formação adequada e contínua, e, além disso, que ele esteja preparado para enfrentar as dificuldades e as situações que ele poderá se deparar no cotidiano da vida escolar.

O(a) Pedagogo(a), então, desempenha um papel crucial na promoção de uma cultura de respeito, igualdade e saúde sexual, buscando desafiar estigmas e promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diversidades.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, A.; KELLER, M. **A pesquisa científica: definição e metodologia**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1995. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 08 de mai de 2023.
- BRASIL. 1998. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Brasília: MEC /SEF
- BRASIL. 2015. **Nota Técnica n. 24/2015**. Brasília: Ministério da Educação.
- BRASIL. 2016. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. nº 13. 10. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. p. 45.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, orientação sexual**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>.> Acesso em: 30 de março de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista, Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. In: **Boletim Epidemiológico**, Volume 54, 29 fev. 2024. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024
- CARRARA, S. L. Sexualidade e sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: notas preliminares de pesquisa. **Cadernos IPUB**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 113-128, 1997.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: um direito intrínseco. **Londrina: UEL**, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault\\_historiadasesexualidade.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 05 de mar de 2023.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Edição Standard. **Brasileira das obras completas**, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FURLANI, J. Mulheres só fazem amor com homens? A Educação Sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2(56) maio/ago. 2008
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

- JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. da S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Rev Bras Enferm**, 2006 mar-abr; 59, v.2, 157-62. Edição. Belo Horizonte, 2000
- JIMENEZ, L.; ASSIS, D. A. D.; Neves, R. G. Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde. **Saúde Debate**, 39(107), 1092-1104, 2015
- KARNOPP, L. R. A educação como fenômeno e como direito e a construção da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988. In: KARNOPP, L. R.; ALMEIDA, B. R.; BRITTO, M. das G. P. de. (orgs.). **Constitucionalismo, democracia e direitos humanos**. 1. ed. Goiânia: Editora Alta Performance, 2023.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2ª Edição. Belo Horizonte, 2000.
- MONTEIRO, S.; RIBEIRO, P. R. **Desafios da implementação dos PCN no Brasil**. Revista de Educação, v. 24, p. 203-220, 2018. Disponível em: <http://exemplo.com/monteiro-ribeiro-2018>. Acesso em: 08 de mai de 2023.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **temas transversais, orientação sexual**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- PINO, A. **Educação sexual nas políticas públicas: avanços e retrocessos**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50189/1/2019\\_art\\_mefsilvatsambrabo.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50189/1/2019_art_mefsilvatsambrabo.pdf). Acesso em: 20 de dez de 2023.
- RIBEIRO, M. A., FERRIANI, M. G. C., REIS, J. N. (2004). **Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares**. Cadernos de Saúde Pública, 20, v. 2, 456-464
- VILA, M. de F.; SANTOS, S. A. dos. **O papel do pedagogo e a organização do trabalho na escola**. Portal Educacional do Estado do Paraná (2007): 641-4.